



PARECER N° 219/2021/CJIN/ASJIN
PROCESSO N° 00065.040324/2019-44
INTERESSADO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.

PROPOSTA DE DECISÃO ADMINISTRATIVA DE SEGUNDA INSTÂNCIA

Auto de Infração: 009296/2019

Crédito de Multa (n° SIGEC): 670384204

Infração: Manter o Manual Geral de Manutenção (MGM) em desacordo com as Especificações Operativas da empresa.

Enquadramento: Art. 302, inciso III, alínea "e" da Lei 7.565/86 c/c seção 121.135(a)(4) do RBAC 121.

Proponente: Thaís Toledo Alves – SIAPE 1579629 (Portaria Nomeação Membro Julgador ANAC n° 453, de 08/02/2017).

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de recurso interposto pela **AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.**, em face da decisão proferida no curso do processo administrativo em epígrafe, da qual restou aplicada sanção de multa no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), por descumprimento ao art. 302, inciso III, alínea "e" da Lei 7.565/86 c/c seção 121.135(a)(4) do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC)121.

2. Em 26/07/2019, foi lavrado auto de infração (3284464) em desfavor da recorrente após a fiscalização da ANAC constatar em auditoria de acompanhamento de aeronavegabilidade na base secundária da empresa que a Revisão 6, de 29/06/2016, do Manual Geral de Manutenção (MGM) da empresa estava em desacordo com as revisões 225 a 252 das Especificações Operativas, contrariando o previsto na seção 121.135(a)(4) do RBAC 121, conforme se depreende do Relatório de Ocorrência n° 009483/2019 (3284598).

3. A não-conformidade está inicialmente descrita no item 12 do FOP 109 (3284599):

O item INSTALAÇÕES E RECURSOS DE MANUTENÇÃO constante da Revisão 6 do Manual Geral de Manutenção da Azul estabelece a prerrogativa para execução de manutenção programada e não programada, em estações de linha onde a Azul não possui certificação e/ou autorização ANAC estabelecidas em suas Especificações Operativas, contrariando o previsto na legislação aeronáutica.

Diante do exposto, solicita-se que a empresa:

1. Revise o Manual Geral de Manutenção Revisão 6, datado de 29/06/2016, para adequação à legislação vigente;

2. Apresente a ANAC um levantamento que identifique as tarefas de manutenção programada e não programada que foram executadas em bases de manutenção da Azul sem autorização/certificação.

PS1: Por oportuno, vide a transcrição prevista no MGM sobre o assunto:

“... Independente desta classificação, na filosofia MSG-3 e se os recursos de pessoal, material e ferramental estiverem disponíveis (possuídos e/ou contratados) em uma Estação de Linha, qualquer tarefa do Programa de Manutenção poderá ser realizada.”

PS2: O RBAC 119, seção 119.5(c)(8), estabelece que nenhum detentor de certificado pode operar uma aeronave segundo o referido regulamento, o RBAC 121, o RBAC 135 e o RBAC 125 sem, ou em violação de, seu certificado ou suas especificações operativas. Além disso, a seção 121.135(a)(4) do RBAC 121, estabelece que:

“... nenhum manual da empresa pode contrariar nenhuma legislação brasileira vigente e, no caso de operações de bandeira ou suplementares, nenhuma legislação estrangeira aplicável. Não contrariar, ainda, o contido no Certificado de Empresa de Transporte Aéreo e respectivas especificações operativas.”

4. Nota-se dos documentos anexados aos autos, em especial, os FOP 109 N° 0685988 (3284602), FOP 109 N° 0461648 (3284608), FOP 109 N° 0907538 (3284610) e FOP 209 N° 1400860 (3284613), que reiteradas vezes a ANAC adverte a empresa sobre a necessidade de atender aos itens 1 e 2 do enunciado da não conformidade e remover o trecho do MGM que descreve: *“... Independente desta classificação, na filosofia MSG-3 e se os recursos de pessoal, material e ferramental estiverem disponíveis (possuídos e/ou contratados) em uma Estação de Linha, qualquer tarefa do Programa de Manutenção poderá ser realizada.”*, estabelecendo prazo para a correção dessa não conformidade, todavia, todas as respostas e providências adotadas pela empresa foram, sucessivamente, rejeitadas e consideradas não satisfatórias.

5. Vale destacar a conclusão emitida pela fiscalização da ANAC no Relatório de Fiscalização n° 16/RJ/GTAR/GAEM/GGAC/SAR/2019 (3284653):

(...)

Por oportuno, informe-se que a revisão 7 do MGM foi submetida à ANAC apenas em 13/04/2018 e nela a empresa finalmente providenciou correções que, embora não totalmente adequadas, trazem a seguinte informação (ANEXO 7):

Os serviços de manutenção autorizados estão de acordo com o estabelecido na revisão vigente das Especificações Operativas.

Em verdade, a solução buscada pela empresa residiu na descompatibilização dos elementos utilizados para definir o escopo de manutenção autorizado nas E.O. com a classificação descrita no MGM. Ou seja, a partir da revisão 253 das E.O., de 14/03/2018, tal documento passou a ter seu escopo de manutenção autorizado definido apenas por definições contidas em seu próprio conteúdo.

Em outros termos, **a Azul possuía, de 21/06/2017 (prazo estabelecido pelo FOP n° 0685988) até 13/03/2018 (véspera da data de emissão da revisão 253 das E.O.)** (ANEXO 8), E.O. cuja determinação dos serviços de manutenção autorizados dependia de uma classificação unicamente estabelecida em um MGM cujo próprio conteúdo gerava conflito com tais E.O., posto que possuía um parágrafo que instruía o leitor a, sob certas condições, desconsiderar tal classificação e proceder a realização de manutenção.

6. Notificada acerca da lavratura do auto de infração em 05/08/2019, conforme Aviso de Recebimento - AR BI940399170BR (3431706), a Autuada apresentou defesa alegando que nas comunicações entre a ANAC e a empresa houve *"divergência de entendimento"* e que a AZUL prontamente protocolou o pedido de alteração do MGM. Adverte que a última orientação da ANAC foi encaminhada por e-mail no dia 30/07/2019, sendo que o prazo constante no formulário para cumprimento findaria apenas em 22/08/2019, mas o auto de infração foi lavrado em 26/07/2019, ou seja, antes mesmo da finalização das tratativas das não conformidades. Assim, entende que o auto de infração é nulo e deve ser arquivado.

7. Em 15/07/2020, a primeira instância analisou e afastou os argumentos de defesa e concluiu que houve conduta infracional enquadrada no art. 302, inciso III, alínea "e" da Lei 7.565/86 c/c seção 121.135(a)(4) do RBAC 121, determinando, portanto, a aplicação de multa no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), ante a inexistência de circunstâncias atenuantes e agravantes (4485309).

8. Em 17/07/2020, nos termos do Despacho ASJIN (4549170), foi determinado o

sobrestamento da notificação do Interessado em decorrência da calamidade pública reconhecida em face da disseminação do Coronavírus - Covid-19, conforme art. 6º-C da Lei nº 13.979/2020. Já em 10/08/2020, o referido sobrestamento foi removido considerando que não se concretizou a previsão de vigência da suspensão dos prazos processuais até 31/12/2020, conforme Despacho ASJIN (4633841).

9. Ato contínuo, a Interessada foi notificada acerca da decisão, em 13/08/2020 (4648591), por meio do Ofício nº 6529/2020/ASJIN-ANAC (4549171).

10. Em 24/08/2020, a autuada apresentou recurso (4689597). Requer a concessão do efeito suspensivo ao recurso, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 9784/1999, uma vez que eventual inscrição em dívida ativa glosada em primeira instância será iminente e, por si só, colocará em risco as atividades da própria companhia, podendo causar graves prejuízos. No mérito, reitera os mesmos argumentos de defesa de que não houve infração posto que foi apenas uma divergência de entendimento entre a ANAC e AZUL e que, antes do prazo estabelecido no formulário, a AZUL protocolou o pedido de alteração do MGM, mas, indevidamente, o auto de infração foi lavrado antes da finalização das tratativas das não conformidades. Alega equívoco no *quantum* da multa fixada dado que não houve qualquer justificativa ou fundamentação, além disso, entende que está presente a atenuante prevista no inciso II do artigo 36 da Resolução ANAC nº 472/2018 visto que a AZUL atendeu à solicitação da ANAC dentro do prazo estabelecido no processo anterior ao auto de infração. Por fim, requer que seja reconhecida a nulidade do Auto de Infração ou a redução da multa ao patamar mínimo.

11. É o breve relatório.

II - PRELIMINARES

12. Da Concessão do Efeito Suspensivo ao Recurso

13. A Interessada pleiteia a concessão do efeito suspensivo ao recurso, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 9.784, de 1999, argumentando que uma eventual inscrição em dívida ativa colocará em risco as atividades da companhia podendo causar graves prejuízos.

14. No entanto, entendo que este argumento não deve prosperar, uma vez que por força do art. 53 da Resolução 472/2018, a movimentação do expediente para efeito de cobrança deve ocorrer somente após a constituição definitiva da multa. Logo, sem atos de cobrança anteriores inexistente a possibilidade de inscrição prévia em dívida ativa e consequentes efeitos negativos, de modo que o recebimento da manifestação é feito apenas no efeito devolutivo. O entendimento se alinha à Lei 7.565/86, que estabelece em seu artigo 292, § 2º que o procedimento será sumário, com efeito suspensivo.

15. A citada Resolução 472/2018, que estabelece providências administrativas decorrentes do exercício das atividades de fiscalização sob competência da ANAC, e por conseguinte o rito de constituição e aplicação de sanções administrativas na Agência é expressa no 53 que encerrado o contencioso administrativo mediante a imposição de sanção pecuniária, o autuado terá o prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento da decisão proferida contados da sua intimação.

16. Isso posto, com a leitura integrada dos dois dispositivos, conclui-se que por efeito suspensivo se entende que o efeito da aplicação da sanção somente se estabelece após concluído o feito/procedimento de apuração. Encaminhamento à eventual cobrança apenas depois de concluído o litúgio administrativo, nos termos do citado artigo 53.

17. Por todo o exposto, entendo que deve ser conhecido e recebido o referido recurso sem efeito suspensivo, vez que apresentado na vigência do art. 38 da Resolução ANAC nº 472, de 2018.

18. Da Regularidade Processual

19. De acordo com o exposto no Relatório do presente Parecer, atentando-se para as datas dos trâmites e documentos, acuso regularidade processual nos presentes autos visto que preservados os direitos constitucionais inerentes à Recorrente, bem como respeitados os princípios da Administração Pública, em especial a ampla defesa e o contraditório.

20. Julgo o processo apto à decisão de segunda instância administrativa por parte desta ASJIN.

III - FUNDAMENTAÇÃO

21. **Quanto à Fundamentação da Matéria –Não observar normas e regulamentos relativos à manutenção e operação das aeronaves .**

22. A Interessada foi autuada porque, segundo a fiscalização, a empresa manteve de 21/06/2017 (prazo estabelecido pelo FOP nº 0685988) até 13/03/2018 (véspera da data de emissão da revisão 253 das E.O.) o sistema de manuais da empresa - Revisão 6 do Manual Geral de Manutenção (MGM) - em desacordo com as revisões 225 a 252 das Especificações Operativas, contrariando a legislação aeronáutica. Nota-se, ainda, que a partir da revisão 253 das E.O, de 14/03/2018, é que a empresa buscou uma solução para a não conformidade, mas, de fato, somente com a revisão 7 do MGM que foi submetida à ANAC em 13/04/2018 é que a empresa finalmente providencia correções.

23. Assim, diante da infração do processo administrativo em questão, a autuação foi realizada com fundamento no art. 302, inciso III, alínea "e" da Lei 7.565/86 c/c seção 121.135(a)(4) do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil 121 - RBAC 121- Emenda 03, vigente à época da ocorrência:

CBA

Art. 302. A multa será aplicada pela prática das seguintes infrações:

(...)

III - infrações imputáveis à concessionária ou permissionária de serviços aéreos;

(...)

e) não observar as normas e regulamentos relativos à manutenção e operação das aeronaves;

SUBPARTE G

REQUISITOS DO SISTEMA DE MANUAIS

(...)

121.135 Conteúdo do sistema de manuais

(a) Cada sistema de manuais requerido por RBAC 121.133 deve:

(1) conter instruções e informações necessárias ao pessoal envolvido, de modo a permitir que cada pessoa cumpra suas atribuições e responsabilidades com alto grau de segurança;

(2) ter uma composição que facilite revisões;

(3) ter a data da última revisão em cada uma de suas páginas; e

(4) não contrariar nenhuma legislação brasileira vigente e, no caso de operações de bandeira ou suplementares, nenhuma legislação estrangeira aplicável. Não contrariar, ainda, o contido no Certificado de Empresa de Transporte Aéreo e respectivas especificações operativas.

24. Por oportuno, cabe registrar o trecho do Manual Geral de Manutenção da empresa - Revisão 6, de 29/06/2016 - que descumpriria as autorizações emitidas pela ANAC nas Especificações Operativas da empresa:

"Independente desta classificação, na filosofia MSG-3 e se os recursos de pessoal, material e ferramental estiverem disponíveis (possuídos e/ou contratados) em uma Estação de Linha, qualquer tarefa do Programa de Manutenção poderá ser realizada."

25. Assim, verifica-se a subsunção da irregularidade imputada pela fiscalização ao enquadramento acima exposto.

26. **Das razões recursais**

27. Em matéria de mérito, a Recorrente reitera os mesmos argumentos apresentados em defesa prévia de que houve uma divergência de entendimentos entre a ANAC e AZUL e que antes do prazo estabelecido no formulário protocolou o pedido de alteração do MGM.

28. Não traz aos autos nenhum fato novo nem tampouco documentos que afastem, de forma cabal, a materialidade infracional. Nesse sentido, qualquer argumentação destituída

da necessária prova não tem o condão de afastar a presunção de veracidade que favorece os atos da Administração.

29. Importante ressaltar que a primeira instância enfrentou e afastou todos os argumentos apresentados pela Interessada, apresentando os necessários fundamentos de fato e de direito pertinentes ao caso em tela. Dessa forma, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº. 9.784/99, que abre a possibilidade de que a motivação da decisão de recurso administrativo consista em declaração de concordância com fundamentos de anteriores decisões, endosso os argumentos trazidos pelo decisor em sede de primeira instância para a confirmação da prática infracional, bem como fundamentação e a motivação da penalidade aplicada, conforme apontado abaixo:

Na defesa apresentada pela empresa, "Defesa Prévia Defesa Administrativa (3420268)", o autuado alega em questão "DO MÉRITO", que havia "**divergência de entendimento**". Como pode-se ver nos autos, **a determinação da ANAC, alertando sobre a irregularidade do MGM, em contrariar as Especificações Operativas da empresa, nunca foi enquadrada como "divergência de entendimento", uma vez que o primeiro FOP 109 nº 0344766 (cópia SEI 3284599), assinado em 23/01/2017, era claro e enfático quanto à irregularidade reportada.**

O autuado alega também em questão "DO MÉRITO", que "a AZUL prontamente já protocolou o pedido de alteração do MGM". **Pode-se ver na presente decisão que a irregularidade perdurou apesar de diversas notificações da ANAC, desde a primeira emissão do FOP 109, em janeiro de 2017, até o encaminhamento da revisão 07 do MGM, em abril de 2018 . Cabe-se salientar que verificou-se que todas as medidas preventivas foram providenciadas, sendo o autuante, por diversas interações, oferecendo recusa em corrigir a irregularidade notificada.**

30. Isto posto, conclui-se que as alegações da Interessada não foram eficazes para afastar a aplicação da sanção administrativa. Resta configurada a infração apontada pelo Auto de Infração nº 009296/2019.

31. No que tange à alegação de que houve um equívoco no *quantum* da multa fixada, saliento que a Administração está adstrita aos patamares firmados por norma de aplicação cogente e *erga omnes* que dispõe os valores, mínimo, médio e máximo da multa a ser aplicada à empresa aérea que infringe normas e regulamentos relativos à manutenção e operação das aeronaves .

32. Assim, incoerente, portanto, falar em equívoco ou ausência de fundamentação do *quantum* da fixação da base da sanção uma vez que o próprio fundamento para a aplicação da sanção foi a própria prática, por parte da autuada, de ato infracional previsto na legislação (devidamente constatado/apurado no caso, como bem mostram os autos). A partir disso, a dosimetria pode ser entendida como ato vinculado aos valores e patamares estabelecidos no Anexo da Resolução 25/2008 e dali a Administração não pode extrapolar, vez que subjugada ao princípio constitucional da estrita legalidade. É dizer que em razão da taxatividade da norma e pelo fato de a Administração Pública pautar-se pelo princípio da legalidade, impossível que a Agência determine o valor da sanção de forma arbitrária, já que deve o autuado se adequar aos requisitos da norma.

33. Ressalto que o número da Resolução utilizada no item 20 da decisão de primeira instância (4485309) está equivocada, pois, claramente houve um erro de digitação. A norma citada trata da regulamentação do Diário de Bordo - Resolução 457, de 20 de dezembro de 2017 - que em nada tem a ver com os valores e patamares de multa passíveis de aplicação no caso ora em análise. Assim, entendo tratar-se de mero erro formal, passível de convalidação, nos termos do §2º do art. 19 da Resolução nº 472/2018, dado que não tem potencial para prejudicar a Interessada uma vez que os valores utilizados para a dosimetria do caso estão corretos.

34. Por fim, no que diz respeito à aplicação da atenuante prevista no inciso II, do artigo 36 da Resolução ANAC nº 472/2018, este tópico será abordado logo a seguir

35.

IV - DA DOSIMETRIA DA SANÇÃO

36. Antes de tudo, há de se destacar dois pontos atípicos do caso em tela que influenciam diretamente na dosimetria da sanção.

37. Inicialmente, deve-se registrar que é o entendimento desta ASJIN e da Procuradoria Federal Especializada junto à ANAC que a aplicação das sanções deve se dar de acordo com a norma em vigência na data do cometimento do ato infracional. Ocorre que no caso em análise não se conclui de imediato qual é a data da prática do ato infracional, isto porque a fiscalização relata que a empresa manteve de 21/06/2017 até 13/03/2018 o sistema de manuais em desacordo com as Especificações Operativas. Note-se que estamos diante de uma infração que tem início e fim em momentos distintos.

38. Outro ponto relevante reside na aplicação da circunstância atenuante prevista no inciso III do §1º do artigo 36 da Resolução ANAC nº 472/2018 que dispõe sobre a inexistência de aplicação definitiva de sanções nos 12 (doze) meses anteriores à data do cometimento da infração em julgamento. Em se tratando de uma conduta que tem início e fim em momentos diferentes, qual seria, no caso, o marco para a contagem dos 12 meses?

39. Estando o Direito Administrativo Sancionador ainda carente de normas claras, jurisprudência e doutrina robusta, buscamos no Direito Penal alguns conceitos guardadas as devidas peculiaridades. Quanto ao crime permanente, a grande maioria da doutrina entende como aquele em que *"há apenas uma conduta, que se prolonga no tempo"* (<https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/a-doutrina-na-pratica/concurso-de-crimes/crime-continuado>).

40. Veja que o caso tratado encaixa-se neste conceito. Uma alternativa factível e segura para a solução das questões acima colocadas seria adotar uma visão alinhada à exegese sistêmica da Lei nº 9.873/99 que é expressa em afirmar que *"Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado."* O Parecer nº 00001/2016/PPAD/DECOR/CGU/AGU(1), corrobora esse entendimento, conforme parte transcrita abaixo:

(..) Em renovada abordagem da questão, o parecer da Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos Disciplinares desta Consultoria-Geral da União opina pela superação desse entendimento amparado nos citados Pareceres GQ - 206, GQ - 207, GQ - 211 e GQ - 214, **passando a qualificar o abandono de cargo como infração de caráter permanente, em que o termo inicial do prazo prescricional, por analogia com os ilícitos criminais, somente poderá ocorrer a partir do dia em que cessar a permanência.**

41. Portanto, considerando o fato de a infração apontada no presente processo caracterizar a ocorrência de infração permanente, entendo que tanto para a contagem do prazo prescricional da ação punitiva quanto para a verificação de aplicabilidade dos critérios de dosimetria, deverá ser adotada como marco temporal a data de **13/03/2018** que corresponde à data da cessação da conduta, de forma que esta deverá ser considerada a **"data da ocorrência"** do ato infracional imputado.

42. Dito isto, passemos à análise das circunstâncias atenuantes a agravantes.

43. Considerando que a conduta infracional foi praticada em **13/03/2018**, conforme esclarecimentos apontados acima, aplica-se, para fins de dosimetria, a Resolução nº 25/2008, norma em vigência na época dos fatos. Assim, os valores de multa poderão ser imputados em R\$ 4.000,00 (patamar mínimo), R\$ 7.000,00 (patamar intermediário) ou R\$ 10.000,00 (patamar máximo), conforme letra "e" da Tabela III do Anexo II daquela Resolução.

44. Pois bem.

45. **No que tange às circunstâncias atenuantes, não enxergo a possibilidade de aplicação de nenhuma daquelas hipóteses previstas no § 1º do artigo 22 da Resolução ANAC nº 25/2008**, visto que: (i) a Autuada faz defesa de mérito ao longo de todo o processo, portanto, incompatível para com o reconhecimento da prática infracional; (ii) a Interessada não demonstrou, nos autos, ter adotado, voluntariamente, qualquer providência eficaz para amenizar as consequências da infração,

pois, nenhuma medida que configure um dever pode ser fundamento para a aplicação dessa atenuante; e (iii) há penalidade anteriormente aplicada à Autuada, em definitivo, no período de um ano, encerrado em **13/03/2018** – que é a data eleita como a data da ocorrência da infração, conforme crédito de multa nº669657200, ora anexado aos autos (6265721).

46. **Quanto às circunstâncias agravantes, também não vejo nos autos qualquer elemento que configure as hipóteses previstas no § 2º do artigo 22 da Resolução ANAC nº 25/2008.**

47. Por tudo o exposto, **dada a inexistência de atenuantes e agravantes** aplicáveis ao caso, **entendo que deva ser mantida a sanção aplicada pela primeira instância no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**, que é o patamar médio previsto para a hipótese da letra "e" da Tabela III do Anexo II da Resolução nº 25/2008.

V - CONCLUSÃO

48. Pelo exposto na integralidade desta análise, sugiro **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, **MANTENDO** a multa aplicada em Primeira Instância Administrativa no valor de **R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**, que é o patamar médio previsto para a hipótese da letra "e" da Tabela III do Anexo II da Resolução nº 25/2008, em desfavor de **AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.**, por manter de 21/06/2017 (prazo estabelecido pelo FOP nº 0685988) até 13/03/2018 (véspera da data de emissão da revisão 253 das E.O.) o sistema de manuais da empresa - Revisão 6 do Manual Geral de Manutenção (MGM) - em desacordo com as revisões 225 a 252 das Especificações Operativas, contrariando o art. 302, inciso III, alínea "e" da Lei 7.565/86 c/c seção 121.135(a)(4) do RBAC 121.

49. É a Proposta de Decisão.

50. Submete-se ao crivo do decisor.



Documento assinado eletronicamente por **Thais Toledo Alves, Analista Administrativo**, em 27/09/2021, às 22:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **6088246** e o código CRC **3F97D368**.

| | |
|---|----------------------|
| SIGEC :: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CRÉDITOS Atalhos do Sistema: Menu Principal | Usuário: thais.alves |
| Dados da consulta Consulta | |

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A Nº ANAC: 3000069159
 CNPJ/CPF: 09296295000160 CADIN: Sim
 Div. Ativa: Sim Tipo Usuário: Integral UF: SP
 End. Sede: Avenida Marcos Penteado de Ulhõa Rodrigues, 939, Andar 9 - EDIF JATOBA COND CASTELO BRANCO OFFICE PARK Bairro: Tamoré Município: Barueri
 CEP: 06460040 E-mail:

Créditos Inscritos no CADIN

Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número ANAC

| Receita | Nº Processo | Nº Auto Infração | Processo SEI | Data Vencimento | Data Infração | Valor Original | Data do Pagamento | Valor Pago | Valor Utilizado | Chave | Situação | Valor Débito (R\$) |
|---------|-------------|------------------|----------------------|-----------------|---------------|----------------|-------------------|------------|-----------------|-------|----------|--------------------|
| 2081 | 672673219 | 002802/2020 | 00058036206202064 | 29/10/2021 | 29/09/2020 | R\$ 17 500,00 | | 0,00 | 0,00 | | DC1 | 17 500,00 |
| 2081 | 672660217 | 002809/2020 | 00058036321202039 | 29/10/2021 | 29/09/2020 | R\$ 17 500,00 | | 0,00 | 0,00 | | DC0 | 17 500,00 |
| 2081 | 672434215 | 001935/2020 | 00069000164202002 | 30/09/2021 | 19/11/2017 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | | RE2N | 7 000,00 |
| 2081 | 672301212 | 002825/2020 | 00058036539202093 | 10/09/2021 | 29/09/2020 | R\$ 8 750,00 | 20/08/2021 | 8 750,00 | 8 750,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 672300214 | 002810/2020 | 00058036372202061 | 10/09/2021 | 02/10/2020 | R\$ 17 500,00 | 20/08/2021 | 17 500,00 | 17 500,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 672177210 | 010489/2019 | 00065068445201951 | 27/08/2021 | 02/10/2019 | R\$ 5 090,81 | | 0,00 | 0,00 | | DC1 | 5 662,49 |
| 2081 | 672082210 | 007248/2019 | 00066002765201938 | 20/08/2021 | 19/01/2017 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | | RE2N | 7 947,80 |
| 2081 | 672065210 | 000746/2020 | 00058012462202066 | 20/08/2021 | 14/11/2019 | R\$ 3 500,00 | 20/08/2021 | 3 500,00 | 3 500,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 671903211 | 000942/2020 | 00065014686202013 | 30/07/2021 | 16/01/2020 | R\$ 6 338,28 | | 0,00 | 0,00 | | RE2N | 7 662,84 |
| 2081 | 671737213 | 000269/2020 | 00066003594202006 | 05/07/2021 | 05/08/2018 | R\$ 25 454,05 | 05/07/2021 | 25 454,05 | 25 454,05 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 671731214 | 000003.1/2020 | 00066003733202174 | 05/07/2021 | 14/07/2020 | R\$ 3 500,00 | 05/07/2021 | 3 500,00 | 3 500,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 671722215 | 009049/2019 | 00084000026201993 | 12/07/2021 | 04/11/2017 | R\$ 35 000,00 | 02/07/2021 | 35 000,00 | 35 000,00 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 671613210 | 001947/2020 | 00058022853202099 | 18/06/2021 | 23/06/2020 | R\$ 1 750,00 | 14/06/2021 | 1 750,00 | 1 750,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 671573217 | 002562/2020 | 00058032719202004 | 17/06/2021 | 01/03/2020 | R\$ 3 500,00 | 14/06/2021 | 3 500,00 | 3 500,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 671569219 | 000885/2020 | 00067000371202079 | 14/06/2021 | 09/03/2020 | R\$ 7 000,00 | 14/06/2021 | 7 000,00 | 7 000,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 671438212 | 001796/2020 | 00058020945202034 | 31/05/2021 | 27/05/2020 | R\$ 8 750,00 | 31/05/2021 | 8 750,00 | 8 750,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 671437214 | 002241/2020 | 00058028312202074 | 31/05/2021 | 02/08/2020 | R\$ 8 750,00 | 31/05/2021 | 8 750,00 | 8 750,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 671436216 | 002283/2020 | 00058028750202032 | 31/05/2021 | 01/08/2020 | R\$ 8 750,00 | 31/05/2021 | 8 750,00 | 8 750,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 671435218 | 001160/2020 | 00058015231202012 | 31/05/2021 | 16/03/2020 | R\$ 8 750,00 | 31/05/2021 | 8 750,00 | 8 750,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 671434210 | 001883/2020 | 00058022006202024 | 31/05/2021 | 07/06/2020 | R\$ 8 750,00 | 31/05/2021 | 8 750,00 | 8 750,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 671433211 | 000945/2020 | 00058013879202046 | 31/05/2021 | 17/03/2020 | R\$ 8 750,00 | 31/05/2021 | 8 750,00 | 8 750,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 671432213 | 002094/2020 | 00058025843202013 | 31/05/2021 | 29/06/2020 | R\$ 8 750,00 | 31/05/2021 | 8 750,00 | 8 750,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 671431215 | 000619/2020 | 00058010111202011 | 31/05/2021 | 12/02/2020 | R\$ 8 750,00 | 31/05/2021 | 8 750,00 | 8 750,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 671343212 | 002551/2020 | 00058032506202074 | 27/05/2021 | 24/08/2020 | R\$ 1 750,00 | 10/05/2021 | 1 750,00 | 1 750,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 671308214 | 000811/2020 | 00058012914202018 | 27/05/2021 | 24/11/2019 | R\$ 1 750,00 | 26/05/2021 | 1 750,00 | 1 750,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 671284213 | 000641/2020 | 00058010535202085 | 21/05/2021 | 08/02/2020 | R\$ 12 676,56 | 20/09/2021 | 15 476,98 | 15 476,98 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 671237211 | 001412/2020 | 00069000122202063 | 14/05/2021 | 14/01/2019 | R\$ 3 500,00 | 10/05/2021 | 3 500,00 | 3 500,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 671223211 | 010408/2019 | 00066028191201928 | 24/05/2021 | 16/08/2016 | R\$ 7 000,00 | 20/09/2021 | 8 697,42 | 8 546,39 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 671185215 | 00433/2015 | 00066052217201525 | 07/05/2021 | 29/05/2015 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | | PU2 | 8 546,39 |
| 2081 | 671177214 | 001884/2020 | 00058022038202020 | 06/05/2021 | 16/06/2020 | R\$ 8 750,00 | 26/04/2021 | 8 750,00 | 8 750,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 671154215 | 001313/2020 | 00058016127202037 | 30/04/2021 | 17/03/2020 | R\$ 8 750,00 | 26/04/2021 | 8 750,00 | 8 750,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 671095216 | 007525/2019 | 00066004814201977 | 16/04/2021 | 04/02/2019 | R\$ 50 000,00 | | 0,00 | 0,00 | | RE2N | 61 180,83 |
| 2081 | 671090215 | 009769/2019 | 00066021974201981 | 09/04/2021 | 14/06/2018 | R\$ 10 000,00 | 12/08/2021 | 12 193,37 | 12 193,37 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 671089211 | 009770/2019 | 00066021975201925 | 09/04/2021 | 14/06/2018 | R\$ 20 000,00 | | 0,00 | 0,00 | | RE2N | 24 472,33 |
| 2081 | 671073215 | 9352/2019 | 00065041639201917 | 22/03/2021 | 29/07/2019 | R\$ 2 000,00 | | 0,00 | 0,00 | | RE2N | 2 451,38 |
| 2081 | 671062210 | 006282/2018 | 00066.024757/2018-68 | 24/03/2021 | 28/12/2017 | R\$ 11 111,81 | 08/03/2021 | 11 111,81 | 11 111,81 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 671009203 | 010053/2019 | 00058041317201959 | 31/01/2021 | 15/10/2019 | R\$ 2 100,00 | 26/01/2021 | 2 100,00 | 2 100,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 670999200 | 009029/2019 | 00065036073201901 | 06/01/2021 | 09/03/2018 | R\$ 16 107,53 | 14/12/2020 | 16 107,53 | 16 107,53 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 670949204 | 009679/2019 | 00065052749201904 | 22/01/2021 | 26/08/2019 | R\$ 34 690,82 | 22/01/2021 | 34 690,82 | 34 690,82 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 670687208 | 007817/2019 | 00065012032201911 | 26/10/2020 | 22/10/2018 | R\$ 35 000,00 | 28/07/2021 | 42 904,72 | 42 904,72 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 670659202 | 007440/2019 | 00066003868201915 | 26/10/2020 | 03/04/2018 | R\$ 35 000,00 | 28/07/2021 | 42 904,72 | 42 904,72 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 670620207 | 006598/2018 | 00065059335201817 | 22/10/2020 | 21/05/2018 | R\$ 50 908,11 | 28/07/2021 | 62 405,66 | 62 405,66 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 670615200 | 006085/2018 | 00066023149201830 | 22/10/2020 | 24/07/2018 | R\$ 50 908,11 | 28/07/2021 | 62 405,66 | 62 405,66 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 670614202 | 006084/2018 | 00066023147201841 | 22/10/2020 | 24/07/2018 | R\$ 10 181,62 | 28/07/2021 | 12 481,12 | 12 481,12 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 670571205 | 000175/2020 | 00065003784202025 | 31/01/2021 | 05/08/2018 | R\$ 8 750,00 | | 0,00 | 0,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 670402206 | 000095/2020 | 00065002184202040 | 11/09/2020 | 03/10/2016 | R\$ 7 000,00 | 26/04/2021 | 8 536,91 | 8 536,91 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 670401208 | 000096/2020 | 00065002203202038 | 11/09/2020 | 03/10/2016 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | | CAN | 0,00 |
| 2081 | 670384204 | 009296/2019 | 00065040324201944 | 24/09/2020 | 21/06/2017 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | | RE2N | 8 646,78 |
| 2081 | 670213209 | 005694/2018 | 00065042314201862 | 10/09/2020 | 26/04/2018 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | | DA | 8 646,78 |
| 2081 | 670121203 | 004724/2018 | 00066012542201806 | 31/01/2021 | 12/10/2017 | R\$ 17 500,00 | 25/07/2018 | 92 196,99 | 17 500,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 670044206 | 008698/2019 | 00065031871201939 | 31/01/2021 | 13/02/2019 | R\$ 35 000,00 | 29/01/2021 | 35 000,00 | 35 000,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 670038201 | 007040/2018 | 00066031020201803 | 31/01/2021 | 31/10/2018 | R\$ 3 500,00 | | 0,00 | 0,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 670031204 | 006168/2018 | 00066024003201810 | 09/09/2020 | 24/09/2018 | R\$ 35 000,00 | 26/04/2021 | 42 684,59 | 42 684,59 | | PG | 0,00 |
| 2081 | 669994204 | 000377/2017 | 00067500346201795 | 09/09/2020 | 01/03/2017 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | | RE2N | 8 646,78 |
| 2081 | 669956201 | 000304/2020 | 00065005046202012 | 29/06/2020 | 12/12/2019 | R\$ 8 750,00 | | 0,00 | 0,00 | | CA0 | 0,00 |
| 2081 | 669955203 | 000243/2020 | 00058004429202062 | 31/01/2021 | 26/12/2019 | R\$ 8 750,00 | | 0,00 | 0,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 669954205 | 000247/2020 | 00058004444202019 | 31/01/2021 | 17/12/2019 | R\$ 8 750,00 | | 0,00 | 0,00 | | PG0 | 0,00 |
| 2081 | 669953207 | 000292/2020 | 00058004912202047 | 11/09/2020 | 17/01/2020 | R\$ 8 750,00 | | 0,00 | 0,00 | | CA0 | 0,00 |

| | | | | | | | | | | | |
|------|---------------------------|-------------|-------------------|------------|------------|----------------|------------|-----------|-----------|-----|-----------|
| 2081 | 669945206 | 000264/2020 | 00058004549202060 | 31/01/2021 | 22/12/2019 | R\$ 8 750,00 | | 0,00 | 0,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 669942201 | 000262/2020 | 00058004522202077 | 31/01/2021 | 21/12/2019 | R\$ 8 750,00 | | 0,00 | 0,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 669877208 | 004592/2018 | 00065022605201834 | 08/09/2020 | 23/01/2018 | R\$ 7 000,00 | 26/04/2021 | 8 536,91 | 8 536,91 | PG | 0,00 |
| 2081 | 669842205 | 005511/2018 | 00065038564201806 | 10/09/2020 | 06/04/2018 | R\$ 560 000,00 | | 0,00 | 0,00 | CAN | 0,00 |
| 2081 | 669748208 | 000103/2017 | 00065509067201626 | 31/01/2021 | 03/10/2016 | R\$ 3 500,00 | | 0,00 | 0,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 669672204 | 010605/2019 | 00058048618201911 | 29/06/2020 | 05/12/2019 | R\$ 8 750,00 | | 0,00 | 0,00 | CAO | 0,00 |
| 2081 | 669657200 | 004751/2018 | 00065025719201836 | 07/05/2020 | 21/12/2017 | R\$ 17 500,00 | 04/05/2020 | 17 500,00 | 17 500,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 669631207 | 010407/2019 | 00058046056201963 | 01/05/2020 | 15/11/2019 | R\$ 8 750,00 | 30/04/2020 | 8 750,00 | 8 750,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 669478200 | 007870/2019 | 00058009647201950 | 02/04/2020 | 21/09/2017 | R\$ 3 500,00 | 12/03/2020 | 3 500,00 | 3 500,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 669463202 | 003007/2017 | 00066530357201718 | 02/04/2020 | 16/06/2017 | R\$ 3 000,00 | 30/03/2020 | 3 000,00 | 3 000,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 669462204 | 000002/2018 | 00066000004201861 | 02/04/2020 | 18/08/2017 | R\$ 3 000,00 | 30/03/2020 | 3 000,00 | 3 000,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 669461206 | 009044/2019 | 00084000024201902 | 01/04/2020 | 04/11/2017 | R\$ 10 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 12 448,47 |
| 2081 | 669452207 | 009048/2019 | 00084000025201949 | 30/03/2020 | 04/11/2017 | R\$ 10 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 12 476,97 |
| 2081 | 669422205 | 008915/2019 | 00058023739201942 | 20/03/2020 | 15/05/2019 | R\$ 1 400,00 | 12/03/2020 | 1 400,00 | 1 400,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 669416200 | 000003/2018 | 00066000005201813 | 20/03/2020 | 18/08/2017 | R\$ 35 000,00 | | 0,00 | 0,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 669412208 | 003125/2018 | 00065001648201886 | 20/03/2020 | 25/07/2017 | R\$ 35 000,00 | | 0,00 | 0,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 669406203 | 000001/2018 | 00066000003201816 | 20/03/2020 | 18/08/2017 | R\$ 35 000,00 | | 0,00 | 0,00 | CAN | 0,00 |
| 2081 | 669232200 | 009465/2019 | 00058030814201921 | 28/02/2020 | 05/08/2019 | R\$ 8 750,00 | 30/01/2020 | 8 750,00 | 8 750,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 669231201 | 008928/2019 | 00058023905201919 | 05/03/2020 | 19/12/2014 | R\$ 91 000,00 | | 0,00 | 0,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 669230203 | 009348/2019 | 00058028737201940 | 28/02/2020 | 26/04/2019 | R\$ 7 000,00 | 30/01/2020 | 7 000,00 | 7 000,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 669229200 | 009456/2019 | 00058030606201922 | 28/02/2020 | 04/07/2019 | R\$ 8 750,00 | 30/01/2020 | 8 750,00 | 8 750,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 669228201 | 007916/2019 | 00066006611201915 | 05/03/2020 | 10/06/2016 | R\$ 17 500,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 21 834,70 |
| 2081 | 669227203 | 007917/2019 | 00066006613201912 | 28/02/2020 | 16/06/2016 | R\$ 17 500,00 | 28/02/2020 | 17 500,00 | 17 500,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 669226205 | 003218/2018 | 0006553037201756 | 05/03/2020 | 18/04/2017 | R\$ 40 000,00 | | 0,00 | 0,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 669225207 | 003008/2017 | 00066530358201754 | 28/02/2020 | 16/06/2017 | R\$ 35 000,00 | 28/02/2020 | 35 000,00 | 35 000,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 669224209 | 003041/2017 | 00066530574201708 | 05/03/2020 | 24/10/2017 | R\$ 35 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 43 669,40 |
| 2081 | 669223200 | 003043/2017 | 00066530576201799 | 28/02/2020 | 01/12/2017 | R\$ 2 000,00 | 20/02/2020 | 2 000,00 | 2 000,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 669222202 | 003002/2017 | 00066530275201765 | 28/02/2020 | 05/05/2017 | R\$ 8 000,00 | | 0,00 | 0,00 | CAN | 0,00 |
| 2081 | 669221204 | 000241/2017 | 00067500223201754 | 28/02/2020 | 17/01/2017 | R\$ 3 500,00 | 30/01/2020 | 3 500,00 | 3 500,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 669220206 | 000234/2017 | 00067500200201740 | 28/02/2020 | 03/01/2017 | R\$ 3 500,00 | 30/01/2020 | 3 500,00 | 3 500,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 669138192 | 000008/2018 | 00065549626201711 | 31/01/2020 | 19/07/2017 | R\$ 35 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 43 890,63 |
| 2081 | 669137194 | 002721/2017 | 00067501807201747 | 31/01/2020 | 27/11/2017 | R\$ 35 000,00 | | 0,00 | 0,00 | CAN | 0,00 |
| 2081 | 669127197 | 002473/2017 | 00066525541201738 | 31/01/2020 | 16/09/2017 | R\$ 40 000,00 | | 0,00 | 0,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 669125190 | 009351/2019 | 00058028832201943 | 31/01/2020 | 02/08/2019 | R\$ 7 000,00 | 24/01/2020 | 7 000,00 | 7 000,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 669094197 | 009472/2019 | 00058031096201919 | 24/01/2020 | 10/08/2019 | R\$ 8 750,00 | 20/01/2020 | 8 750,00 | 8 750,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 669065193 | 009768/2019 | 00066021970201901 | 16/01/2020 | 11/06/2019 | R\$ 17 500,00 | 20/01/2020 | 17 731,00 | 17 731,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 669063197 | 002421/2017 | 00065559218201778 | 16/01/2020 | 09/08/2017 | R\$ 35 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 43 890,63 |
| 2081 | 669031199 | 009458/2019 | 00058030691201929 | 10/01/2020 | 14/07/2019 | R\$ 8 750,00 | 16/12/2019 | 8 750,00 | 8 750,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668980199 | 001373/2017 | 00065520285201701 | 02/01/2020 | 18/04/2017 | R\$ 14 000,00 | 30/03/2020 | 16 981,12 | 16 981,12 | PG | 0,00 |
| 2081 | 668978197 | 009433/2019 | 00067000885201991 | 02/01/2020 | 10/06/2019 | R\$ 1 750,00 | 16/12/2019 | 1 750,00 | 1 750,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668937190 | 009384/2019 | 00058029310201969 | 13/12/2019 | 27/07/2019 | R\$ 8 750,00 | 21/11/2019 | 8 750,00 | 8 750,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668934195 | 009346/2019 | 00058028725201915 | 13/12/2019 | 23/04/2019 | R\$ 7 000,00 | 21/11/2019 | 7 000,00 | 7 000,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668933197 | 009349/2019 | 00058028749201974 | 13/12/2019 | 07/05/2019 | R\$ 7 000,00 | 21/11/2019 | 7 000,00 | 7 000,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668891198 | 009027/2019 | 00065036067201946 | 06/12/2019 | 09/03/2018 | R\$ 3 500,00 | 21/11/2019 | 3 500,00 | 3 500,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668884195 | 006284/2018 | 00066024761201820 | 06/12/2019 | 08/10/2017 | R\$ 28 000,00 | 14/11/2019 | 28 000,00 | 28 000,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 668862194 | 001136/2017 | 00058516055201728 | 06/12/2019 | 14/03/2017 | R\$ 35 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 44 022,45 |
| 2081 | 668788191 | 001926/2017 | 00065528857201791 | 29/11/2019 | 27/05/2017 | R\$ 35 000,00 | | 0,00 | 0,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 668717192 | 009192/2019 | 00058026827201904 | 07/11/2019 | 03/06/2019 | R\$ 8 750,00 | 15/10/2019 | 8 750,00 | 8 750,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668715196 | 009174/2019 | 00058026501201979 | 07/11/2019 | 09/06/2019 | R\$ 8 750,00 | 15/10/2019 | 8 750,00 | 8 750,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668714198 | 009281/2019 | 00058027750201981 | 07/11/2019 | 15/11/2018 | R\$ 8 750,00 | 15/10/2019 | 8 750,00 | 8 750,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668713190 | 009294/2019 | 00058027836201912 | 07/11/2019 | 10/11/2018 | R\$ 8 750,00 | 15/10/2019 | 8 750,00 | 8 750,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668712191 | 009179/2019 | 00058026683201988 | 07/11/2019 | 23/05/2019 | R\$ 8 750,00 | 15/10/2019 | 8 750,00 | 8 750,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668702194 | 009180/2019 | 00058026698201946 | 01/11/2019 | 29/06/2019 | R\$ 8 750,00 | 15/10/2019 | 8 750,00 | 8 750,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668701196 | 009195/2019 | 00058026922201908 | 01/11/2019 | 12/06/2019 | R\$ 8 750,00 | 15/10/2019 | 8 750,00 | 8 750,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668672199 | 008928/2019 | 00058023905201919 | 25/10/2019 | 19/12/2014 | R\$ 28 000,00 | 15/10/2019 | 28 000,00 | 28 000,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668659191 | 009067/2019 | 00058025218201920 | 24/10/2019 | 26/08/2016 | R\$ 7 000,00 | 15/10/2019 | 7 000,00 | 7 000,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668658193 | 009077/2019 | 00058025300201954 | 24/10/2019 | 16/06/2017 | R\$ 7 000,00 | 15/10/2019 | 7 000,00 | 7 000,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668642197 | 002866/2017 | 00069501010201720 | 18/10/2019 | 05/11/2017 | R\$ 70 000,00 | | 0,00 | 0,00 | CAN | 0,00 |
| 2081 | 668641199 | 002268/2017 | 00058531240201742 | 18/10/2019 | 18/08/2017 | R\$ 35 000,00 | 27/10/2020 | 43 402,83 | 43 402,83 | PG | 0,00 |
| 2081 | 668623190 | 008752/2019 | 00058022347201966 | 18/10/2019 | 25/05/2019 | R\$ 4 200,00 | 16/09/2019 | 4 200,00 | 4 200,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668620196 | 009079/2019 | 00058025309201965 | 18/10/2019 | 14/06/2019 | R\$ 7 000,00 | 16/09/2019 | 7 000,00 | 7 000,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668619192 | 009082/2019 | 00058025346201973 | 18/10/2019 | 10/04/2019 | R\$ 7 000,00 | 16/09/2019 | 7 000,00 | 7 000,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668616198 | 008356/2019 | 00058016366201953 | 17/10/2019 | 08/11/2018 | R\$ 10 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 12 653,35 |
| 2081 | 668612195 | 009081/2019 | 00058025330201961 | 17/10/2019 | 09/10/2018 | R\$ 7 000,00 | 16/09/2019 | 7 000,00 | 7 000,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668603196 | 009080/2019 | 00058025317201910 | 11/10/2019 | 14/05/2019 | R\$ 7 000,00 | 16/09/2019 | 7 000,00 | 7 000,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668533191 | 008603/2019 | 00058020214201955 | 04/10/2019 | 23/04/2019 | R\$ 17 500,00 | 16/09/2019 | 17 500,00 | 17 500,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668532193 | 008604/2019 | 00058020264201932 | 04/10/2019 | 28/04/2019 | R\$ 8 750,00 | 16/09/2019 | 8 750,00 | 8 750,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668531195 | 008896/2019 | 00058023574201917 | 04/10/2019 | 16/05/2019 | R\$ 8 750,00 | 16/09/2019 | 8 750,00 | 8 750,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668530197 | 008882/2019 | 00058023506201940 | 04/10/2019 | 18/05/2019 | R\$ 8 750,00 | 16/09/2019 | 8 750,00 | 8 750,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668529193 | 008882/2019 | 00058023506201940 | 04/10/2019 | 18/05/2019 | R\$ 8 750,00 | | 0,00 | 0,00 | CAN | 0,00 |
| 2081 | 668519196 | 008645/2019 | 00058021061201963 | 04/10/2019 | 22/12/2017 | R\$ 3 500,00 | 16/09/2019 | 3 500,00 | 3 500,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668517190 | 006477/2018 | 00066027100201856 | 04/10/2019 | 28/06/2018 | R\$ 70 000,00 | 12/03/2020 | 85 697,81 | 85 697,81 | PG | 0,00 |
| 2081 | 668495195 | 002953/2017 | 00067501936201735 | 03/10/2019 | 19/12/2017 | R\$ 35 000,00 | | 0,00 | 0,00 | CAN | 0,00 |

| | | | | | | | | | | | |
|------|---------------------------|-------------|-------------------|------------|------------|---------------|------------|-----------|-----------|-----|-----------|
| 2081 | 668472196 | 006476/2018 | 00066027097201871 | 20/09/2019 | 28/06/2018 | R\$ 20 000,00 | 22/01/2020 | 24 446,87 | 24 446,87 | PG | 0,00 |
| 2081 | 668470190 | 007523/2019 | 00066004803201997 | 20/09/2019 | 18/12/2018 | R\$ 14 000,00 | 28/08/2019 | 14 000,00 | 14 000,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668469196 | 001794/2017 | 00058524513201701 | 20/09/2019 | 19/06/2017 | R\$ 35 000,00 | 12/03/2020 | 43 016,65 | 43 016,65 | PG | 0,00 |
| 2081 | 668463197 | 001680/2017 | 00065538577201791 | 20/09/2019 | 28/06/2017 | R\$ 35 000,00 | 20/01/2020 | 42 782,02 | 42 782,02 | PG | 0,00 |
| 2081 | 668451193 | 001925/2017 | 00065535989201770 | 20/09/2019 | 16/05/2017 | R\$ 35 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 44 454,48 |
| 2081 | 668400199 | 008269/2019 | 00065021274201904 | 13/09/2019 | 18/12/2018 | R\$ 70 000,00 | 28/08/2019 | 70 000,00 | 70 000,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668397195 | 008028/2019 | 00058011295201901 | 13/09/2019 | 26/11/2018 | R\$ 8 750,00 | 28/08/2019 | 8 750,00 | 8 750,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668369190 | 007037/2018 | 00065065612201821 | 06/09/2019 | 22/10/2018 | R\$ 20 000,00 | | 0,00 | 0,00 | DA | 25 402,56 |
| 2081 | 668357196 | 007212/2019 | 00065005238201995 | 06/09/2019 | 07/02/2018 | R\$ 3 500,00 | 28/08/2019 | 3 500,00 | 3 500,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668354191 | 005427/2018 | 00068000741201843 | 06/09/2019 | 16/06/2018 | R\$ 17 500,00 | 28/08/2019 | 17 500,00 | 17 500,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668344194 | 004723/2018 | 00066012538201830 | 06/09/2019 | 22/11/2017 | R\$ 17 500,00 | 28/08/2019 | 17 500,00 | 17 500,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668334197 | 007522/2019 | 00066004800201953 | 06/09/2019 | 18/12/2018 | R\$ 70 000,00 | 28/08/2019 | 70 000,00 | 70 000,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668323191 | 008108/2019 | 00065017579201911 | 06/09/2019 | 13/10/2018 | R\$ 3 500,00 | 28/08/2019 | 3 500,00 | 3 500,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668299195 | 001253/2017 | 00066513171201796 | 05/09/2019 | 14/11/2016 | R\$ 7 000,00 | | 0,00 | 0,00 | CAN | 0,00 |
| 2081 | 668295192 | 001347/2017 | 00065510318201704 | 05/09/2019 | 01/03/2017 | R\$ 7 000,00 | 14/08/2019 | 7 000,00 | 7 000,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 668293196 | 001361/2017 | 00065524867201758 | 05/09/2019 | 02/04/2017 | R\$ 35 000,00 | 14/08/2019 | 35 000,00 | 35 000,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 668291190 | 001253/2017 | 00066513171201796 | 05/09/2019 | 14/11/2016 | R\$ 7 000,00 | 14/08/2019 | 7 000,00 | 7 000,00 | PG | 0,00 |
| 2081 | 668266199 | 000373/2017 | 00058505965201785 | 30/08/2019 | 06/07/2016 | R\$ 1 750,00 | 28/08/2019 | 1 750,00 | 1 750,00 | PGO | 0,00 |
| 2081 | 668265190 | 006597/2018 | 00065059329201860 | 30/08/2019 | 21/05/2018 | R\$ 35 000,00 | 28/08/2019 | 35 000,00 | 35 000,00 | PGO | 0,00 |

Legenda do Campo Situação

- | | |
|--|--|
| AD3 - RECURSO ADMITIDO EM 3ª INSTÂNCIA | PG - QUITADO |
| AD3N - RECURSO ADMITIDO EM 3ª INSTÂNCIA SEM EFEITO SUSPENSIVO | PGDJ - QUITADO DEPÓSITO JUDICIAL CONVERTIDO EM REI |
| CA - CANCELADO | PP - PARCELADO PELA PROCURADORIA |
| CAN - CANCELADO | PU - PUNIDO |
| CAN-P - PRESCRIÇÃO PUNITIVA | PU1 - PUNIDO 1ª INSTÂNCIA |
| CD - CADIN | PU2 - PUNIDO 2ª INSTÂNCIA |
| CP - CRÉDITO À PROCURADORIA | PU3 - PUNIDO 3ª INSTÂNCIA |
| DA - DÍVIDA ATIVA | RAN - PROCESSO EM REVISÃO POR INICIATIVA DA ANAC |
| DC1 - DECIDIDO EM 1ª INSTÂNCIA, MAS AINDA AGUARDANDO CIÊNCIA | RANS - PROCESSO EM REVISÃO POR INICIATIVA DA ANAC |
| DC2 - DECIDIDO EM 2ª INSTÂNCIA, MAS AGUARDANDO CIÊNCIA | RE - RECURSO |
| DC3 - DECIDIDO EM 3ª INSTÂNCIA, MAS AGUARDANDO CIÊNCIA | RE2 - RECURSO DE 2ª INSTÂNCIA |
| DG2 - DILIGÊNCIAS POR INICIATIVA DA 2ª INSTÂNCIA | RE2N - RECURSO DE 2ª INSTÂNCIA SEM EFEITO SUSPENSIVO |
| DG3 - DILIGÊNCIAS POR INICIATIVA DA 3ª INSTÂNCIA | RE3 - RECURSO DE 3ª INSTÂNCIA |
| EF - EXECUÇÃO FISCAL | RE3N - RECURSO DE 3ª INSTÂNCIA SEM EFEITO SUSPENSIVO |
| GDE - GARANTIA DA EXECUÇÃO POR DEPÓSITO JUDICIAL | REN - RECURSO SEM EFEITO SUSPENSIVO |
| GPE - GARANTIA DA EXECUÇÃO POR PENHORA REGULAR E SUFICIENTE | RS - RECURSO SUPERIOR |
| IN3 - RECURSO NÃO FOI ADMITIDO A 3ª INSTÂNCIA | RSN - RECURSO SUPERIOR SEM EFEITO SUSPENSIVO |
| INR - REVISÃO A PEDIDO OU POR INICIATIVA DA ANAC NÃO FOI ADMITIDA | RVS - PROCESSO EM REVISÃO POR INICIATIVA DO INTERESSE |
| IT2 - PUNIDO PQ RECURSO EM 2ª FOI INTEMPESTIVO | RVSN - PROCESSO EM REVISÃO POR INICIATIVA DO INTERESSE |
| IT3 - PUNIDO PQ RECURSO EM 3ª INSTÂNCIA FOI INTEMPESTIVO | RVT - REVISTO |
| ITD - RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA INTEMPESTIVO, MAS AINDA AGUARDANDO CIÊNCIA DO INFRATOR | SDE - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE POR DEPÓSITO JUDICIAL |
| ITDN - RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA INTEMPESTIVO, MAS AINDA AGUARDANDO CIÊNCIA DO INFRATOR, SEM EFEITO SUSPENSIVO | SDJ - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE POR DECISÃO JUDICIAL |
| ITT - RECURSO EM 3ª INSTÂNCIA INTEMPESTIVO, MAS AINDA AGUARDANDO CIÊNCIA DO INFRATOR | SUS-P - PRESCRIÇÃO EXECUTÓRIA |
| PC - PARCELADO | SUS-PEX - SUSPENSÃO POR PRESCRIÇÃO - PARCELAMENTO |

Registro 1 até 150 de 1077 registros

Páginas: << [1] 2 3 4 5 6 7 8 >> [Ir] [Reg]

| | | |
|--------------|----------|----------------|
| Tela Inicial | Imprimir | Exportar Excel |
|--------------|----------|----------------|



AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
CJIN - CJIN

DECISÃO MONOCRÁTICA DE 2ª INSTÂNCIA Nº 228/2021

PROCESSO Nº 00065.040324/2019-44

INTERESSADO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.

1. Trata-se de recurso administrativo interposto pela **AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.**, em face da decisão de primeira instância administrativa (4485309) proferida no curso do processo administrativo em epígrafe, da qual restou aplicada penalidade de multa, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), pelo descumprimento do disposto no art. 302, inciso III, alínea "e" da Lei 7.565/86 c/c seção 121.135(a)(4) do RBAC 121.

2. Recurso conhecido e recebido sem efeito suspensivo, vez que apresentado na vigência do art. 38 da Resolução ANAC nº 472, de 2018.

3. Analisados os elementos constantes dos autos, em especial manifestações da Interessada. Foi dada ampla oportunidade de manifestação no feito, respeitados prazos e dialética processual, de modo que preservados ampla defesa e contraditório inerentes ao certame.

4. De acordo com a proposta de decisão (SEI 6088246), ratifico na integralidade os entendimentos da análise referenciada, adotando-os como meus e tornando-os parte integrante desta decisão, com respaldo nos termos do artigo 50, §1º da Lei nº 9.784/1999.

5. Dosimetria adequada para o caso.

6. Diante disso, consideradas as atribuições a mim conferidas pelas Portarias ANAC nº 751, de 07/03/2017, e nº 1.518, de 14/05/2018 e com lastro **no art. 42 da Resolução ANAC nº 472, de 2018**, e competências ditadas pelo art. 30 do Regimento Interno da ANAC, Resolução nº 381/2016, **DECIDO:**

- **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, **MANTENDO** a multa aplicada em Primeira Instância Administrativa no valor de **R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**, que é o patamar médio previsto para a hipótese da letra "e" da Tabela III do Anexo II da Resolução nº 25/2008, em desfavor de **AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.**, por manter de 21/06/2017 (prazo estabelecido pelo FOP nº 0685988) até 13/03/2018 (véspera da data de emissão da revisão 253 das E.O.) o sistema de manuais da empresa - Revisão 6 do Manual Geral de Manutenção (MGM) - em desacordo com as revisões 225 a 252 das Especificações Operativas, contrariando o art. 302, inciso III, alínea "e" da Lei 7.565/86 c/c seção 121.135(a)(4) do RBAC 121

7. À Secretaria.

8. Notifique-se.

9. Publique-se.

Cássio Castro Dias da Silva

SIAPE 1467237

Portarias ANAC nº 751, de 07/03/2017, e nº 1.518, de 14/05/2018

Presidente Turma Recursal



Documento assinado eletronicamente por **Cassio Castro Dias da Silva, Presidente de Turma**, em 30/09/2021, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



<https://sei.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **6265777** e o código CRC **70541D31**.

Referência: Processo nº 00065.040324/2019-44

SEI nº 6265777